

**Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (Org.) *O que esperar do Brasil?*
Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.**

Introdução

Nacionalismo e novo desenvolvimentismo

O que esperar do Brasil? Embora todos nós que participamos deste livro queiramos ter uma resposta para essa pergunta, embora todos saibamos, como disse um dos autores, que “o Brasil pode mais”, que a nação brasileira é capaz de alcançar resultados melhores do que aqueles que vem alcançando nos últimos anos, ficamos todos sem saber com a clareza necessária como isso pode acontecer. Desde o início dos anos 2000, depois que o Brasil foi classificado como um dos Brics, ao lado de China, Índia e Rússia, acontece uma coisa curiosa: os estrangeiros passaram a fazer uma avaliação mais otimista do país do que a dos próprios brasileiros. Na verdade, o desempenho econômico do Brasil tem sido muito inferior ao dos outros três países. Mais amplamente, desde 1980 o Brasil vem apresentando taxas de crescimento insatisfatórias, substancialmente menores do que as alcançadas entre 1930 e 1980, e também muito inferiores às obtidas pelos países asiáticos dinâmicos. Em 1994, depois que o Plano Real controlou a alta inflação inercial, muitos supuseram que o país retomaria o desenvolvimento, mas isso não ocorreu. Dez anos depois, quando a elevação dos preços das *commodities* resultou em certa aceleração do crescimento, outros tantos afirmaram que agora, sim, o Brasil entraria de novo na rota do crescimento sustentado, mas os dados recentes não justificam esse otimismo. A principal razão de os demais Brics e, mais amplamente, de os países asiáticos dinâmicos crescerem a taxas muito maiores do que o Brasil é que esses países são hoje nações mais fortes, mais coesas, menos subordinadas aos conselhos do Ocidente. Mais especificamente, o Brasil não tem coragem suficiente para resolver seu problema básico desde que o Plano Real

estabilizou os preços: a armadilha de juros altos e câmbio sobreavaliado. A ortodoxia convencional sempre nos diz que não há nada de errado no câmbio e nos juros, ou, se há, nada há a fazer — e os brasileiros acreditam nessa história e não agem. Enquanto a nação brasileira continuar a ser enganada ou a se autoenganar e a não dar apoio ao governo para que mude a política macroeconômica do país, o Brasil continuará crescendo a taxas insatisfatórias. Em 2011, o crescimento da indústria foi de 0,3% e o do PIB de apenas 2,7%. Esse crescimento foi menor do que a média do Grupo dos 20 (G-20), a inflação foi maior e o investimento continuou muito abaixo do necessário para uma expansão segura e continuada.

Hoje, em termos de nível de desenvolvimento, podemos distinguir quatro grupos de países: ricos, de renda média, pré-industriais e pobres. Enquanto os países ricos completaram sua revolução capitalista no século XIX, os países de renda média, como o Brasil, a completaram no século XX; já os países pré-industriais e os pobres ainda estão por realizá-la. As revoluções capitalistas geralmente começam em cada sociedade com a revolução comercial e se completam com a formação do Estado-nação e a revolução industrial. Desde o século XVII até o XX, os países hoje ricos estiveram empenhados em guerras para definir suas fronteiras, porque a ampliação do território nacional fazia parte da formação do Estado-nação e era uma condição necessária para a industrialização. Tiveram êxito nessa extraordinária mudança histórica e se desenvolveram porque suas elites, além de liberais, foram nacionalistas e puderam, assim, construir seu Estado-nação. Em seguida, no século XIX — agora muito mais fortes porque industrializados ou capitalistas —, construíram seus impérios — um tipo de unidade político-territorial muito diferente dos impérios antigos. Assim, quando os povos que ficaram para trás nesse processo histórico, na Ásia, na África e na América Latina, procuraram imitar o exemplo e realizar as próprias revoluções industrial e capitalista, tiveram de enfrentar o imperialismo “moderno” do Ocidente. A partir de então, para se desenvolverem, esses países precisaram formular uma estratégia nacional de desenvolvimento ao mesmo tempo em que rejeitavam as ofertas de capital e os conselhos e pressões que acompanhavam esse capital. Seu nacionalismo tornou-se desenvolvimentista por ser fruto de uma estratégia ou de um

projeto nacional de desenvolvimento, e seu nacionalismo, como assinalou Barbosa Lima Sobrinho (1981), passou a conter um elemento “anti”: anti-imperialista.

O sistema imperial industrial ou moderno terminou formalmente após a II Guerra Mundial, mas continuou presente na realidade dos povos da periferia do capitalismo. O mundo atual está repleto de Estados-nação, que são as unidades político-territoriais específicas do capitalismo, mas em muitos deles a nação é uma ficção, é um ser sem alma, porque suas elites são alienadas ou dependentes e procuram se associar antes às elites dos países ricos do que a seu povo. A primeira revolução nacionalista retardatária — que teve de enfrentar o império moderno ou o Ocidente e, portanto, envolveu um elemento “anti” — foi a japonesa, a Restauração Meiji, de 1868. Depois, outros países retardatários lograram realizar revoluções nacionalistas e se industrializaram. Foi o caso da Turquia, do México, do Brasil, da Coreia do Sul, da China, da Índia, entre outros. Mas muitos países pobres ou pré-industriais continuam subjugados ao Ocidente e pouco se desenvolvem. A modernidade trouxe as ideias de bem-estar econômico, liberdade e justiça social, mas se cada nação não se fortalecer e formar seu Estado esses valores serão mera ficção. Mesmo depois de lograrem realizar suas revoluções industrial e capitalista, tais valores não estão assegurados. Particularmente no que diz respeito à justiça social, só será possível realizar avanços depois que à autonomia nacional se somar a democracia, mas, como o desenvolvimento econômico só se desencadeia depois da revolução nacional, também a democracia só será uma democracia consolidada quando as revoluções industrial e capitalista tiverem sido razoavelmente completadas.

Sei o quanto é necessário para a humanidade combinar competição e cooperação entre as nações, mas não hesito em me autodenominar nacionalista econômico. Sei o quanto isso é “politicamente incorreto” em um mundo globalizado, no qual durante os 30 anos neoliberais do capitalismo (que espero terem se encerrado em 2008) supôs-se que o mercado e o liberalismo fossem os fundamentos de uma sociedade global harmônica. Nunca, porém, a competição econômica entre os países foi tão forte, e nunca as tentativas de exploração das sociedades mais fracas pelas mais

fortes foram tão insistentes quanto nesse período. A situação internacional parece ter mudado após a crise financeira global de 2008, porque essa crise enfraqueceu gravemente os países ricos, enquanto permitiu que países de renda média dotados de uma nação forte, como a China e a Índia, continuassem a crescer de modo acelerado. E, como aconteceu durante a Grande Depressão dos anos 1930, talvez tenha aberto espaço para que países da periferia do capitalismo iniciassem ou avançassem em suas revoluções industrial e capitalista, embora ainda subjogados pelo Ocidente.

Diante desse quadro político internacional em mutação, talvez a atitude mais sábia seja a dos chineses que encontro em conferências internacionais. Eles não criticam os países ricos, jamais os acusam de imperiais. Eles se sabem cidadãos de mais do que um Estado-nação — de um Estado-civilização —, de uma sociedade que entendem ser igual, se não superior, às sociedades ocidentais. E por isso parecem esquecer o imperialismo de que foram vítimas durante o século XIX e a primeira metade do século XX. Em vez disso, usam uma retórica de cooperação ou mesmo de ajuda aos países ricos em dificuldades. Gostaria de poder pensar dessa forma, mas para mim isso é impossível. Afinal, sou cidadão de um país latino-americano. Vivo em uma região que no século XIX era semicolônia da Inglaterra e da França e, desde o início do século XX, dos Estados Unidos. Sou cidadão de um país cujas elites são muito diferentes da chinesa, muito mais dependentes, e que, por isso, adotam com frequência políticas econômicas que não atendem aos interesses nacionais brasileiros. Peço desculpas, portanto, a meus leitores, mas essa é uma condicionante social e política minha, que reconheço e, por isso mesmo, devo compartilhar com meus leitores.

Discurso duplo

Sabemos, desde Ernest Renan (1882), que o nacionalismo é um fenômeno da modernidade e que é “um plebiscito repetido todos os dias”. Sabemos também que o nacionalismo pode ser econômico — orientado para a afirmação do interesse econômico nacional em uma economia global na qual cada Estado-nação faz o mesmo — ou étnico e, em consequência, racista e belicista. No primeiro caso — que é o que nos interessa aqui —, o nacionalismo se define pela convicção de que o papel de cada governo

é defender os interesses do trabalho, do conhecimento e do capital nacionais, e pela exigência de que essa defesa seja feita de acordo com critérios nacionais, e não pela subordinação a países mais ricos e poderosos, e, por isso, supostamente mais competentes. Sabemos que nacionalismo não é o mesmo que identidade cultural, ainda que ambos tenham muito em comum. Um país pode ter forte identidade cultural, mas se subordinar nos planos econômico e político. Sabemos finalmente, a partir da contribuição de Ernest Gellner (1996), que em um primeiro momento não é a nação que define o nacionalismo, mas o nacionalismo de uma elite política é que forma a nação. Em outras palavras, a nação não é um dado “natural”, mas uma *construção social*, é um artefato que uma sociedade usa para afirmar seus interesses e seus valores. Quando Renan falou em plebiscito diário, estava assinalando que a nação é uma construção sempre inacabada, sempre sob a ameaça de ser interrompida.

O nacionalismo é a ideologia do Estado-nação, porque se é o povo que constrói sua nação, esta, por sua vez, é que constrói seu Estado. Enquanto a nação é um fenômeno político das sociedades modernas ou capitalistas, a identidade cultural é um pertencimento social, é o sentimento de fazer parte de uma cultura determinada, e não precisa estar associada à formação e à manutenção do Estado-nação. Um país pode ter forte identidade cultural, mas sofrer grave perda da condição objetiva de nação, como é o caso do México desde que se associou a dois países muito mais desenvolvidos. Antes de a nação se formar, há um povo que vive em um território e tem um número suficiente de traços comuns e interesses compartilhados para que se constitua em nação, forme um Estado e, nesse território, crie o Estado-nação, mas a nação só se formará se lograr constituir um Estado e afirmar seu poder sobre um território.

O nacionalismo existe em todo país, em todo Estado-nação, mas hoje é mais aparente nos países retardatários que ainda precisam realizar suas revoluções nacional e capitalista. Conforme assinala Paulo Arantes (2004:80), “o nacionalismo é fundamentalmente a consequência da tensão gerada pelo desenvolvimento desigual numa economia mundial unificada”. É, portanto, no caso dos países em desenvolvimento, uma reação ao atraso econômico. Está claro para ele que o nacionalismo é mais do que isso, porque é a ideolo-

gia do Estado-nação desde sua formação na Inglaterra, através da revolução industrial, e na França, através da revolução nacional, mas Arantes está mais interessado na realidade do Brasil e da América Latina. Por isso, faz uma ampla resenha do conceito de nação de Benedict Anderson (1991) como “comunidade imaginada”, que não nasce apenas de interesses comuns; nasce também da convivência de elites *criollas* marginalizadas pela metrópole, da leitura dos jornais por essas elites — o que lhes permite se verem como sociedade ou como comunidade — e da leitura dos romances nos quais essa sociedade é retratada como um todo.¹ Para, em seguida, reportar-se à distinção de Hannah Arendt entre *pensamento* e *conhecimento*. Enquanto este último está apenas comprometido com a “verdade”, o pensamento, ao se reportar permanentemente à opinião dos outros e levar essa opinião em consideração na formação de seu próprio julgamento, logra restabelecer a unidade entre a verdade, a moral e o gosto que a modernidade perdeu. A partir daí, Arantes (2004:83) tira uma conclusão instigante e provocativa. Referindo-se ao Brasil, e à nação brasileira como comunidade imaginada, diz-nos que “foi precisamente tal imaginação nacional que nos permitiu começar a pensar — e quando ela se apagar, é possível que a extinção do pensamento a siga de perto”. Para pensarmos, temos que nos pensar, precisamos usar nossa imaginação, precisamos considerar a complexidade e a diversidade de nossa sociedade, e descobrir nela a unidade, a sociedade nacional. Verificamos, então, continua Arantes (2004:100-102), “a afinidade sugerida entre comunidade imaginada nacional e a forma mesma de pensamento... Quem sabe não é essa comunidade de ‘outros’ imaginados na formação de uma ‘nação’ (que já sabemos não ter uma realidade substantiva) que simplesmente torna possível essa autorregulação silenciosa na cabeça de cada um que chamamos de pensamento”.

Nação e nacionalismo

Na medida em que o desenvolvimento é um processo histórico que surgiu com o capitalismo e com a formação dos Estados nacionais, a nação

¹ Hoje, no Brasil, deveríamos acrescentar que o nacionalismo também se alimenta da assistência às novelas de televisão brasileiras.

enquanto sociedade política e o nacionalismo desempenham um papel estratégico nesse desenvolvimento. Conforme percebeu Adam Smith, o desenvolvimento é um processo de aumento da riqueza das *nações*. Ele provavelmente pressupunha que o ator principal nesse processo de desenvolvimento econômico ou de aumento da riqueza nacional era a nação. O desenvolvimento econômico decorre, sem dúvida, do esforço e da capacidade de concorrência dos indivíduos e das empresas que operam no mercado, mas depende também da capacidade de a nação utilizar seu instrumento de ação coletiva por excelência — o Estado — para criar as condições necessárias para que as empresas invistam, incorporando progresso técnico.

O que é nação nesse contexto? É a sociedade politicamente organizada voltada para a autonomia nacional e o desenvolvimento; é a sociedade que partilha uma história, valores e objetivos comuns, e que conta (ou luta para contar) com um Estado e um território para, assim, formar um Estado-nação; é um povo que logrou se constituir em nação e construir um Estado-nação. Com frequência autores adicionam ao conceito de nação a existência de um idioma e de uma etnia comuns. Sabemos, porém, que muitas nações não se enquadram nessa segunda definição. Como explicar, por exemplo, nações como a americana ou a brasileira, que são multiétnicas? Ou nações como a suíça, que possuem mais de um idioma?

A nação é essencialmente um fenômeno político moderno, que começa a surgir no quadro do capitalismo mercantilista e da formação dos primeiros Estados-nação modernos, a partir da Inglaterra. A nação é o aspecto vivo, dinâmico e político da sociedade. Assim como a sociedade civil (a outra forma de uma sociedade moderna se organizar politicamente), o aparelho do Estado e seu sistema constitucional-legal estão intrinsecamente inter-relacionados, formando o todo que é o Estado territorial soberano ou o Estado-nação.

Podemos também pensar, como Ernest Gellner, que o nacionalismo é a ideologia que afirma a necessária coerência entre a nação e o Estado, para cada nação devendo haver um Estado, mas esse é um conceito muito ligado à experiência histórica da Europa central. Além disso, essa coerência pressupõe a existência de um povo dotado de forte identidade étnica

e cultural. Ora, sabemos que nação e Estado-nação nascem juntos e não necessitam de homogeneidade étnica. Há autores que distinguem o nacionalismo “cívico” do étnico, aceitando o primeiro e negando o segundo. Prefiro distinguir o nacionalismo étnico do nacionalismo econômico. Na sociedade global, marcada por amplas migrações, o nacionalismo étnico não se torna apenas cada vez mais criticável; é também cada vez mais inviável.

A ideologia internacionalista dos antigos socialistas revolucionários queria acabar com os Estados-nação, mas a história demonstrou que esta não era uma visão realista. No final do século XX, a ideologia internacionalista, agora rebatizada de globalista, foi usada pela direita e pelos países ricos para neutralizar a luta dos países em desenvolvimento pela autonomia nacional e pelo desenvolvimento. Mas como o internacionalismo não funcionou para a esquerda, também não deu bons resultados para a direita e para os grandes países que a adotaram. Afinal quem aproveitou melhor a abertura dos mercados foram os países asiáticos dinâmicos, particularmente a China, enquanto os países ricos entraram em profunda crise em 2008.

O nacionalismo é a ideologia do Estado-nação; é a ideologia que afirma que um povo que compartilha interesses e história pode, sem prejuízo de conflitos internos, ter um destino comum; é a ideologia de um povo que busca autonomia em relação aos vizinhos ou aos impérios para poder construir ou consolidar sua nação e seu Estado. Os povos que lograram se transformar em nação e formar um Estado-nação moderno foram aqueles cujas elites, através do nacionalismo, definiram uma aliança com seus respectivos povos suficientemente forte para que, juntos, conseguissem defender e ampliar o território nacional e se industrializar.

Norbert Elias (2001) viu com clareza que o desenvolvimento ou o “processo civilizador” combina de forma dialética dois processos contraditórios: a diferenciação e a integração. A diferenciação é fruto da divisão do trabalho. Já a integração é alcançada através da formação do Estado-nação. Uma elite aristocrática ligada ao monarca se associa a uma elite burguesa em torno de duas ideologias igualmente contraditórias — o nacionalismo e o liberalismo — e, a partir desse pacto, principalmente a burguesia ascendente busca fazer um acordo nacional com o povo. Para Elias (2001:210)

o desenvolvimento implica “a marcha da integração ao longo de vários séculos complementada por um processo de diferenciação crescente”.

O nacionalismo foi necessário para que os países hoje ricos construíssem seu Estado-nação e se desenvolvessem, e agora, na era da globalização, continua necessário para que possam enfrentar uma competição econômica mundial que não cessa de aumentar. Por isso seus cidadãos são todos ou em grande maioria nacionalistas, e esperam que seus governos defendam os interesses nacionais. Depois que os primeiros países realizaram suas revoluções nacional e industrial, todos os demais países hoje desenvolvidos entenderam que, para também se industrializarem, não precisavam do capital dos primeiros; o importante era copiar ou comprar sua tecnologia, e copiar adaptando suas instituições, de forma a obter autonomia nessas duas áreas. Para tanto contaram com o apoio decidido de seu Estado. Por isso, entre os cidadãos dos países desenvolvidos, poucos tinham dúvida quanto ao dever nacional de seu governo. Todos, elite e povo, eram nacionalistas.

Entretanto, desde os anos 1970, quando a globalização econômica e social avançou e, ao mesmo tempo, a ideologia neoliberal se tornou hegemônica no mundo, creio que a ideia de nação começou a ser minada nesses países, e provavelmente essa é uma das causas principais das grandes dificuldades por que eles estão passando desde a crise financeira global de 2008 e da Grande Recessão que teve início então. O fato histórico novo que deu origem à *desnacionalização* das elites rentistas dos países ricos foi a expansão de suas empresas multinacionais para os mercados estrangeiros. Essa expansão não interessa aos trabalhadores e às classes médias dos países ricos, porque muitas vezes implica deslocalização de fábricas e perda de emprego. E, mesmo que a deslocalização não aconteça, porque implica que os mercados externos deixarão de ser supridos por trabalhadores nacionais. Interessa, porém, aos capitalistas rentistas e ao capital financeiro que os serve, porque, em um grande número de casos, a parcela dos lucros das empresas multinacionais que é realizada no seu país-sede é inferior a 40%. A clássica solidariedade nacional entre trabalhadores e capitalistas é assim abalada. Sobra a luta de classes, mas, em um quadro político em que os trabalhadores estão enfraquecidos, eles acabam por aceitar a redução de seus salários para não perderem o emprego, dada a concorrência crescente

dos países dinâmicos da Ásia. Foi o que aconteceu, por exemplo, na Alemanha a partir dos anos 1990. E foi essa decisão corporativista dos alemães que deu origem à grave crise financeira da Zona do Euro no início dos anos 2010.

Entretanto, conforme argumentei em outros textos, os cidadãos dos países ricos não se definem como nacionalistas. Como nesses países a palavra nacionalismo não distingue uns cidadãos de outros, esta palavra pode ser objeto de um *discurso duplo*: pode ser usada pejorativamente ao ser identificada com o nacionalismo étnico e com o protecionismo econômico. E serve, assim, para desqualificar e neutralizar o legítimo nacionalismo econômico dos países em desenvolvimento, não obstante o próprio nacionalismo dos países ricos.

O nacionalismo econômico e desenvolvimentista que os países retardatários adotam para alcançarem os países desenvolvidos nada tem a ver com o nacionalismo xenóforo, étnico, que caracteriza os partidos de extrema direita e os extremistas envolvidos em limpeza étnica. É um nacionalismo que pressupõe um grau crescente de cooperação entre as nações, mas que parte de um pressuposto básico: a lógica fundamental do capitalismo foi sempre a da competição não apenas entre as empresas, mas também entre os Estados-nação. No tempo do capitalismo global e tecnoburocrático, essa competição é ainda mais forte do que foi no capitalismo clássico do século XIX. Os países ricos praticam com a maior naturalidade seu nacionalismo e não hesitam em agir de forma imperialista; não resta alternativa aos países em desenvolvimento a não ser se defender e promover seu desenvolvimento através do próprio nacionalismo desenvolvimentista.

Desenvolvimentismo

Quando um povo logra formar uma coalizão de classes nacional, seu desenvolvimento econômico e, mais tarde, seu desenvolvimento humano provavelmente serão desencadeados. Mas essa tarefa não é simples, dada a dependência cultural das elites dos países em desenvolvimento. Neles, à exceção dos países dinâmicos da Ásia, parte importante de suas elites rejeita a existência de conflito de interesses com os países ricos; acredita que “precisa” de seu capital, esquecendo-se de que o capital se faz em casa;

aceita seus conselhos e pressões em relação a suas políticas e a suas instituições e, na prática, se subordina às elites externas, em vez de se associar a seu próprio povo. Quando uma elite age dessa maneira, quando é colonial ou dependente, a probabilidade de o país se desenvolver é muito pequena. No Brasil, por exemplo, as elites econômicas e políticas alcançaram razoável autonomia entre os anos 1930 e 1970, e por isso cresceram muito. Depois que perderam essa autonomia, com a crise da dívida externa dos anos 1980, e abriram sua economia e, principalmente, sua conta financeira no início dos anos 1990, suas taxas de crescimento foram muito menores.

A coalizão de classes nacionalista e desenvolvimentista é em geral uma associação que envolve empresários industriais, serviços e indústrias com a tecnoburocracia pública e privada e com os trabalhadores, enquanto ficam de fora e se opõem a essa coalizão os capitalistas rentistas e os financistas locais e estrangeiros, interessados em ocupar o mercado interno nacional com suas exportações ou com a produção de suas empresas multinacionais. A preocupação da coalizão desenvolvimentista é produzir e distribuir riqueza, enquanto a da coalizão rentista é capturar renda sem produzir riqueza. Quando se forma e se torna dominante em um país um pacto político nacional e popular como a coalizão de classes desenvolvimentista que existiu no Brasil entre os anos 1930 e 1970,² ou como a coalizão fordista que existiu nos Estados Unidos,³ o país tem um rumo próprio e políticas próprias para alcançar seus objetivos informalmente estabelecidos, e o desenvolvimento é extraordinário.

Enquanto o nacionalismo é uma ideologia que surge com a formação dos primeiros Estados-nação na Europa, o desenvolvimentismo é uma ideologia e uma estratégia nacional de desenvolvimento que aparece nos anos 1940-1950. É nesse momento que muitas sociedades pobres e dominadas tomam consciência de seu subdesenvolvimento e percebem que é possível superá-lo mediante a formação de uma nação e a construção de um Estado. Enquanto o nacionalismo é a ideologia do Estado-nação,

² Mais precisamente, nesse período houve dois pactos desenvolvimentistas: o pacto nacional popular de 1930 e o pacto autoritário-modernizante de 1964.

³ A denominação “modo de regulação fordista” foi definida pelos economistas da escola da regulação francesa.

o desenvolvimentismo econômico é a ideologia pela qual as sociedades modernas periféricas buscam, no plano econômico, realizar o alcançamento ou *catching up*. Como o desenvolvimento econômico é parte de um fenômeno histórico maior — o desenvolvimento sem adjetivos ou o desenvolvimento humano —, pode-se dizer que o desenvolvimentismo é a ideologia desse desenvolvimento. Grandes teóricos do desenvolvimento, como Celso Furtado, Ignacy Sachs e Amartya Sen, sempre enfatizaram que este implica mudanças estruturais em toda a sociedade, de forma que o desenvolvimento econômico é acompanhado pelo desenvolvimento político, pelo desenvolvimento social e pelo desenvolvimento ambiental. Mas creio que conceituar o desenvolvimentismo como a ideologia e a estratégia nacional de desenvolvimento que dão prioridade ao desenvolvimento econômico sobre a estabilidade de preços está mais de acordo com o uso feito dessa palavra por aqueles que a utilizaram inicialmente — os grandes intelectuais do Iseb, por exemplo.⁴ O desenvolvimentismo é essencialmente uma alternativa ao liberalismo econômico. Seu fundamento científico foi buscado em Marx, na escola histórica alemã de Max Weber, na macroeconomia de Keynes e Kalecki, e na escola estruturalista do desenvolvimento econômico, enquanto o liberalismo buscou legitimação na teoria econômica neoclássica. O desenvolvimentismo vê o Estado como a instituição coordenadora fundamental dos sistemas sociais, e o mercado como uma instituição regulada pelo Estado, que coordena com eficiência as atividades econômicas quando existe competição; já o liberalismo econômico reduz o papel do Estado e magnifica o do mercado.

O nacionalismo desenvolvimentista implica uma associação básica, mas sempre contraditória, da elite com seu povo, com o qual esta estabelece uma relação permanente de amor e ódio, de conflito e cooperação. Uma cooperação que nasce dos interesses comuns em torno da nação, que a todos congrega; em torno do Estado, que é seu instrumento por excelên-

⁴ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) foi criado por um grupo de intelectuais que, nos anos 1950, analisou o desenvolvimento do Brasil de um ponto de vista histórico e político amplo, a partir de uma perspectiva nacionalista e desenvolvimentista. Tal grupo era formado por historiadores, economistas, sociólogos, cientistas políticos e filósofos. Enquanto nessa época, no Chile, surgia a teoria estruturalista do desenvolvimento econômico latino-americana, no Brasil tinha início o pensamento desenvolvimentista.

cia de ação coletiva; em torno do mercado interno, que é seu maior ativo econômico; em torno da moeda nacional, que é sua garantia de autonomia nacional. Um conflito que reflete a luta legítima dos trabalhadores e das classes médias pela partilha do excedente econômico gerado pelo desenvolvimento.

Nos anos 2000, após a hegemonia ideológica neoclássica e neoliberal dos anos 1990, o desenvolvimentismo renasceu, agora com o nome de “novo desenvolvimentismo”. Alguns o confundem com “neodesenvolvimentismo”, que seria um “meio” desenvolvimentismo, um desenvolvimentismo moderado, mas não é disso que se está falando. Trata-se de um desenvolvimentismo *novo*, porque referido a um momento histórico 50 anos mais tarde, que é novo no plano internacional (a globalização) e novo no plano de cada país, já que muitos dos países que então iniciavam suas revoluções industrial, nacional e capitalista são hoje países desenvolvidos (a Coreia do Sul, por exemplo), ou países de renda média (como Brasil e China, por exemplo). E mesmo aqueles que são ainda países retardatários pré-industriais, não tendo ainda logrado realizar suas revoluções nacional e industrial, conhecem teorias, como a da doença holandesa, e experiências, como as dos países asiáticos dinâmicos, que abrem novas perspectivas para eles.⁵

O novo desenvolvimentismo distingue-se do velho desenvolvimentismo e principalmente da ortodoxia convencional — o conjunto de políticas e reformas econômicas que os países ricos passaram a recomendar aos países em desenvolvimento desde o início dos anos 1980. Distingue-se do velho desenvolvimentismo porque enquanto este defendia a substituição de importações no quadro da concentração de renda, o novo defende uma política voltada para as exportações e para a constituição de um mercado interno de massas, rejeitando a tese da contradição entre mercado externo e interno. Enquanto o velho desenvolvimentismo acentuava uma análise microeconômica estrutural, o planejamento e a política industrial, o novo desenvolvimentismo privilegia a análise macroeconômica e uma taxa de

⁵ Para um relato e a bibliografia inicial do novo desenvolvimentismo, ver Bresser-Pereira (2011).

câmbio competitiva; enquanto o velho desenvolvimentismo acreditava na existência de “restrição externa” e na necessidade de recorrer à “poupança externa”, ou seja, ao endividamento externo, o novo desenvolvimentismo rejeita tanto a tese quanto a política dela decorrente. Ambos concordam, porém, que o desenvolvimento econômico é um processo estrutural, que a nação é o grande agente do desenvolvimento e que o Estado tem um papel estratégico nesse desenvolvimento. Furto-me a comparar o novo desenvolvimentismo com a ortodoxia convencional porque as diferenças são muito grandes, inclusive no plano macroeconômico, na medida em que essa ortodoxia defende déficits em conta-corrente ou uma política de crescimento com poupança externa, e isso representa populismo ou irresponsabilidade cambial.

Este livro

Este livro discute a economia e a política no Brasil a partir do momento em que, em meados dos anos 2000, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, o país começou a abandonar o pacto liberal-dependente de 1991 e novamente a se voltar para o nacionalismo econômico — agora para um novo desenvolvimentismo, compatível com seu estágio de desenvolvimento econômico. Para tanto, reúne as contribuições de economistas e cientistas políticos para o Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas — para o 7^o e o 8^o fóruns.

Embora sejam grandes os indícios, não é certo que o novo desenvolvimentismo tenha voltado a ser dominante no Brasil. Brasília Sallum Jr. ressalta que “as disputas políticas relativas à intervenção estatal na esfera econômico-social têm sido moldadas, desde o final dos anos 1980, por três ideários principais: o neoliberal, o neodesenvolvimentista e o estatal-distributivista”. Já Renato Boschi e Eli Diniz observam que “parece claro que os caminhos que se delineiam para a retomada do crescimento se situariam na definição de um modelo de desenvolvimento que combinaria elementos de trajetórias, recuperando o papel protagonista do Estado que remonta ao período desenvolvimentista, mas, ao mesmo tempo, incorporando alguns elementos do modelo instaurado pelo processo das reformas de mercado. O resultado seria uma síntese institucional que se expressaria

numa modalidade de desenvolvimento que vem sendo chamada de ‘novo desenvolvimentismo’ no debate brasileiro”. Na pesquisa que esses dois autores realizaram e que relatam em seu capítulo, verificaram que se “observa um consenso em relação à impossibilidade de se identificar um modelo consistente de longo prazo, articulando de forma nítida e congruente distintos aspectos de um projeto claramente desenvolvimentista. Contudo, a prioridade atribuída a programas de transferência de renda, somada à visão acerca de uma inserção estratégica do país no cenário internacional são percebidas como os esteios de uma nova rota de desenvolvimento com dimensões que tendem a se complementarem dentro de uma certa lógica: a integração social de setores antes excluídos abre caminho para um modelo voltado para o mercado interno, pautado na expansão do consumo de uma nova classe média”.

Claudio Gonçalves Couto, por sua vez, salienta que “o governo de Lula representou um ponto de inflexão nas relações entre as classes sociais no Brasil, tanto no que diz respeito às consequências da luta política mais ampla para a ocupação de posições de poder, quanto no que concerne a uma mudança no regime de políticas públicas atinentes aos setores mais pobres da população. Em ambos os casos houve uma nada desprezível mudança de padrões, incorporando novas elites às altas posições da burocracia de Estado, num caso, e implementando políticas que lograram um expressivo declínio das taxas de desigualdade e pobreza, no outro”. As mudanças, portanto, foram significativas. Ainda que o autor distinga o governo Lula do governo Vargas — no que tem razão, porque os dois momentos históricos são muito diferentes —, é notável como Lula “recria”, abre espaços para sua afirmação política e ideológica, de modo muito semelhante a Vargas. E embora em Lula haja um distributivismo menor do que em Vargas, e seu nacionalismo seja menos acentuado, nos dois a nação, o desenvolvimento e a aliança de empresários industriais com a burocracia pública e os trabalhadores têm papel igualmente importante.

André Victor Singer, finalmente, discute o “lulismo”, apontando com notável argúcia a mudança, de um lado, da massa do eleitorado, e, de outro, dos intelectuais de esquerda durante o primeiro governo Lula. Enquanto estes últimos abandonam o PT diante das concessões ou compromissos

que o presidente faz com a ordem estabelecida, a massa popular, o subproletariado brasileiro, passa a apoiá-lo com vigor, dando origem ao lulismo. Essa mudança não ocorreu como fruto do populismo, mas em consequência de uma política que visou diminuir a pobreza. Singer assinala que o governo foi mais bem-sucedido em relação ao primeiro do que ao segundo objetivo, mas acentua o equívoco daqueles que afirmam que em política econômica o governo Lula nada mudou. No primeiro mandato de Lula, “que abrange o período 2003-05, predominou uma postura ortodoxa, com contenção de despesas públicas, elevação dos juros e uma reforma previdenciária que apontava para a redução de benefícios no serviço público. Enfim, o pacote clássico de ‘maldades’ neoliberais voltadas para a estabilização da economia por meio da contração dos investimentos públicos e das atividades econômicas em geral. Para além de uma mera opção técnica, o que estava em jogo era uma escolha política, preocupada em evitar a radicalização política por meio do atendimento das condições impostas pela classe dominante... Ocorre que, *quase ao mesmo tempo*, e essa é a parte que foi menos visível, até que os resultados políticos começassem a surgir, houve um conjunto de iniciativas na direção *contrária* às soluções neoliberais. Se, em seus aspectos gerais, a posição neoliberal era a de produzir uma queda nos preços por meio de uma contenção da demanda, o aumento das transferências de renda — a partir do lançamento do Bolsa Família em setembro de 2003 —, a expansão do crédito popular — com o acordo assinado entre sindicatos e bancos no final do mesmo ano —, e a valorização do salário mínimo — a começar de 2004 — deram a partida em um movimento de recuperação da economia por meio do fortalecimento de um mercado interno de consumo de massa”.

Na segunda parte do livro, que trata das relações internacionais, Tullo Vigevani e Haroldo Ramanzini Júnior mostram que as mudanças ocorridas nas relações internacionais “fortaleceram o paradigma universalista e diminuíram relativamente o peso da integração regional”. A política internacional brasileira respondeu a essa mudança de maneira positiva. “A perspectiva brasileira, particularmente nos governos Lula da Silva e Rousseff, tem sido a de buscar influenciar o sistema internacional com o objetivo de estimular o multilateralismo, de um modo não antagônico

aos Estados Unidos, mas considerando o seu enfraquecimento como uma possibilidade concreta”.

Rubens Barbosa, por sua vez, faz uma comparação entre o governo Lula e o governo Fernando Henrique Cardoso, e acentua que poucos avanços foram realizados pelo primeiro, embora a retórica fosse bastante diferente.

Em um trabalho revelador, Vera Thorstensen, Emerson Marçal e Lucas Ferraz usam um conceito central do novo desenvolvimentismo: o de que as tarifas alfandegárias fazem pouco sentido se não forem combinadas com a tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio que existe nos países em desenvolvimento que não administram sua taxa de câmbio para mostrar que, “para países com câmbio valorizado, dependendo do nível da valorização, as tarifas consolidadas e aplicadas podem ser anuladas e se tornarem negativas, ou seja, o país está concedendo incentivos às importações e abrindo mão do nível de proteção tarifária negociado na OMC”.

Na terceira parte do livro, mais concentrada nas questões econômicas, Ricardo Carneiro acentua a importância do mercado interno para o desenvolvimento brasileiro e discute com clareza as condições macroeconômicas para um crescimento sustentável. José Luis Oreiro assinala que as taxas de crescimento aumentaram a partir de meados dos anos 2000, mas que “o crescimento mais acelerado dos últimos quatro anos, contudo, não é sustentável a médio e longo prazos”, e apresenta argumentos conclusivos a respeito, sendo o principal a incapacidade do governo de corrigir a sobreapreciação cambial crônica existente no Brasil, e que se acentuou nos últimos anos. Geraldo Biasoto Junior acentua que “o arcabouço de política econômica criado ao final dos anos 1990, baseado no câmbio flutuante, no superávit fiscal e no regime de metas de inflação, logrou consolidar um ambiente estável para a tomada de decisões pelos agentes econômicos. Aprofundar as condições para que tal arranjo possa se articular melhor com outros instrumentos da política econômica, tanto no âmbito macroeconômico quanto no campo das unidades econômicas, é uma tarefa essencial para garantir que a estabilidade econômica conviva com altos índices de desenvolvimento”. Paulo Fernando Fleury analisa com precisão os problemas hoje enfrentados pelo Brasil no campo da infraestrutura. E,

finalmente, Maria Lúcia de Oliveira Falcón nos dá uma resposta muito concreta à pergunta mais geral deste livro: o que se pode esperar do Brasil. A autora descreve por dentro, como a alta burocrata pública que é, o Plano Mais Brasil: o PPA 2012-2015. O planejamento, que fora relativamente esquecido, recuperou força no governo Lula com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o mesmo acontecendo com a obrigação constitucional de formular o Plano Plurianual (PPA) do Brasil.

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. 2. ed. Londres: Verso, 1991.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.
- BALAKRISHNAN, Gopal; BENEDICT, Anderson (Orgs.). [1996]. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 31, n. 3, p. 493-502, 2011.
- ELIAS, Norberto. [1968]. Introdução à edição de 1968. In: Elias, Norberto. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, v. 1, p. 205-241.
- GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal; BENEDICT, Anderson (Orgs.). [1996]. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 107-134.
- LIMA SOBRINHO, Alexandre Barbosa. *Estudos nacionalistas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- RENAN, Ernest. [1882]. *Qu'est-ce qu'une nation?* Paris: Pocket, Agora, 1993.